

NOTAS E INFORMAÇÕES

Liturgia democrática



É um avanço ver o diálogo civilizado entre o ministro da Justiça e a bancada da bala no Congresso

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, foi nesta semana a uma audiência da Comissão de Segurança Pública da Câmara e de lá saiu com um triunfo imprescindível para um País

cindido e polarizado: a retomada da liturgia da democracia, aquela segundo a qual se assenta o princípio elementar de convivência respeitosa entre contrários, a busca de consensos e a relação harmoniosa entre representantes de dois Poderes. A comissão é um espaço de maioria opositora e concentrada na chamada bancada da bala, e parlamentares bolsonaristas não hesitaram em provocar o ministro e demarcar suas diferenças, sobretudo na política de armas. Mas nem a oposição nem o convidado ficaram presos nas armadilhas das discordâncias, como se inimigos fossem.

Lewandowski tratou os parlamentares não como irresponsáveis armamentistas, mas como lideranças experientes no assunto. Sugeriu canal de diálogo em torno de pontos pleiteados pela bancada, como o direito adquirido de clubes de tiro fechados por decreto. Deixou alternativas em aberto para acomodar demandas e criticou a inflexibilidade em relação à oposição-recomendação a ser ouvida por muitos dos seus colegas ministros, do PT e do próprio Palácio do Planalto, que costumam enxergar opositoristas ou como potenciais cooptados ou, repetindo os métodos do ex-presidente Jair Bolsonaro, como inimigos a serem aniquilados. Em contrapartida, foi elogiado. O próprio presidente do colegiado, Alberto Fraga (PL-DF), prometeu no início da sessão que o ministro não seria destruído. E não foi.

A demonstração de civilidade na comissão é mais notável quando se observa o atual panorama das rela-

ções entre Executivo, Legislativo e Judiciário e sua espiral descendente de revanches e conflitos (ver o editorial *Freios e contrapesos em frangalhos*, 18/4/2024). E mais ainda quando se recorda das diatribes produzidas pelo antecessor de Lewandowski. Quem não se lembra das ruidosas polêmicas protagonizadas por Flávio Dino? À época, substituiu a liturgia do cargo pela vocação exibicionista, opinava histrionicamente sobre tudo e sobre todos, fustigava adversários, fazia prejulgamentos sobre casos e se convertia numa espécie de *influencer* militante, mais preocupado em atingir corações e memes nas redes sociais do que zelar pelas funções do cargo.

A mudança não ocorre sem riscos. Há um equilíbrio tênue a buscar, sobretudo num terreno onde não faltam convicções enraizadas. O próprio ministro deu um exemplo disso, o veto ao artigo da nova Lei de Execuções Penais que proibia saídas temporárias de presos por razões familiares. Por outro lado, a bancada da bala claramente pressionou Lewandowski contra uma diretora da pasta que ajudou a elaborar o decreto que reviu a política de controle de armas. A resposta do ministro deu sinais de que pode rifá-la.

Já se trata, porém, de um avanço extraordinário poder assistir a uma audiência do ministro da Justiça sem parecer que estamos diante de um teatro de guerra ou de animadores de auditório. A liturgia da democracia dá mais trabalho, mas é o melhor caminho para aperfeiçoar ideias e reconstruir o País. ●

Poderes

Governo deve escalar Haddad para discutir PEC do Quinquênio

Ministro da Fazenda pedirá 'sensibilidade' sobre projeto que eleva salários de carreiras públicas, diz líder do governo no Congresso

GABRIEL HIRABAHASI
BRASÍLIA

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), afirmou ontem que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deve ser escalado para discutir com o Parlamento a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Quinquênio.

A proposta, que prevê o pagamento, a cada cinco anos, de um bônus automático de 5% nos vencimentos de várias carreiras públicas, foi aprovada anteontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O líder do governo

na Casa, Jaques Wagner (PT-BA), estimou um impacto anual de R\$ 42 bilhões, a depender do número de categorias alcançadas pelo projeto.

"O governo vai apelar para o bom senso. Não me parece muito adequado o Congresso sinalizar para o topo da carreira do funcionalismo público, enquanto não tem uma proposta para todos os servidores. Vamos dialogar e pedir o bom senso e a reflexão", disse Randolfe. "E (tem) também o cuidado fiscal que todos temos de ter para manter a trajetória de crescimento da economia, controle da inflação e continuação da queda de juros."

Originalmente, a PEC do Quinquênio apresentada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), contemplava apenas as carreiras da magistratura e do Ministério Público. O texto aprovado na CCJ da Casa, no entanto, estendeu o benefício para outros agentes públicos.

Além de Haddad, segundo Randolfe, Jaques Wagner também vai manter diálogo com Pacheco para tentar um acordo envolvendo o texto do senador Eduardo Gomes (PL-TO), relator da PEC. O parlamentar do PL acatou emendas para ampliar o bônus de 5% para outras categorias, como delegados da Polícia Federal e integrantes da Defensoria Pública. Ao defender a rejeição da PEC, Wagner se referiu ao projeto como "tsunami" e "bomba".

der do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB), a PEC do Quinquênio deve iniciar seu ciclo de debates na semana que vem, no plenário do Senado. Por se tratar de uma PEC, o texto precisa passar por cinco sessões de discussão antes de ser votada pelos senadores.

Segundo Efraim, a PEC será

votada apenas após essas cinco sessões. O líder do União Brasil não indicou, porém, se o presidente do Senado pretende adiantar essa tramitação ou não. A declaração foi dada após reunião dos líderes da Casa com Pacheco, ontem.

O texto aprovado pela CCJ seguirá para o plenário do Sena-

do, onde é necessário o voto favorável de 49 dos 81 integrantes da Casa, em dois turnos. Passada essa etapa, a proposta será encaminhada para a Câmara, onde precisará ser aprovada por 308 dos 513 deputados em plenário.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, afirmou que o custo estimado da proposta é de R\$ 40 bilhões, o que provocaria um "desarranjo fiscal" no País. Em entrevista à GloboNews, Ceron disse que esse aumento nos gastos seria "muito complexo de absorver no Orçamento". ● COLABOROU MATEUS CERQUEIRA

"O governo vai apelar para o bom senso. Não me parece muito adequado o Congresso sinalizar para o topo da carreira do funcionalismo público, enquanto não tem uma proposta para todos os servidores. Vamos dialogar e pedir a reflexão no Congresso"



Randolfe Rodrigues
Líder do governo no Congresso

SESSÕES. De acordo com o lí-

Entre aspas

Ano 4 Nº 162 São Paulo, 19/4/2024

SINDUSCON SP

INFORME PUBLICITÁRIO

Mais recursos para o crédito imobiliário

As concessões de crédito imobiliário para produção e aquisição de unidades habitacionais vêm declinando. No acumulado de 12 meses até fevereiro, o volume de recursos financiado caiu 14,2% e o número de unidades financiadas registrou queda de 29,4%, na comparação com o mesmo período imediatamente anterior, segundo a Abecip.

A dificuldade de acesso ao crédito foi apontada como um dos principais entraves aos negócios pelos empresários da construção, principalmente do segmento de Edificações Residenciais, segundo a Sondagem feita junto ao setor pelo FGV livre naquele mês.

Daí ser muito bem-vinda a decisão do governo de autorizar a estatal Emgea (Empresa Gestora de Ativos) a comprar parte das carteiras de recebíveis de crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal e dos bancos. Com esses novos recursos, as instituições financeiras poderão oferecer mais crédito imobiliário.

Estima-se que essa liberação injete cerca de R\$ 37 bilhões no mercado imobiliário. É dinheiro que irá diretamente para a produção habitacional e a geração de emprego formal, sem efeito inflacionário, com benefícios inquestionáveis para o desenvolvimento nacional.

Agora só falta o Banco Central liberar 5% do compulsório

O governo também decidiu autorizar a Emgea a securitizar as carteiras de crédito imobiliário dos bancos, tornando sua comercialização mais atrativa no mercado secundário. Tudo isso deverá impulsionar o mercado do setor, no momento em que escasseiam os recursos originários da Poupança para o financiamento habitacional.

Agora só falta o Banco Central se sensibilizar para a proposta que lhe foi apresentada pela indústria imobiliária no ano passado e que hoje conta com o apoio explícito da Caixa e do Ministério da Fazenda. Trata-se de liberar 5% do volume da Poupança que as instituições financeiras devem depositar compulsoriamente naquele banco.

ENTRE ASPAS é uma publicação do SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo - www.sindusconsp.com.br
Presidente: Yorlê Osvaldo Estefan; Vice-presidentes: Renato Genioli Jr., Daniela Ferrari, Eduardo Zaidan, Fernando Junqueira, Francisco Vasconcellos, Haruo Ishikawa, Jorge Batistoni, Luiz Messias, Maristela Honda, Mauricio Bianchi, Odair Serra, Rodrigo Vion, Ronaldo Cury; Diretores regionais: Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauri), Márcio Benvenutti (Campinas), Marcos Aurelio Cecchi (Presidente Prudente), João Carlos Moreira Filho (Ribeirão Preto), Claudio Pompeio (Sorocaba), Lucas Muniz Elias (Sorocaba), Rafael Luis Coelho (São José do Rio Preto), Elias Stefan Junior (Sorocaba); Representantes à Fiesp: Edgardo Capobianco, Romeu Ferraz, Odair Serra, Sérgio Porto

IMPRESSÃO: IMPRESSORA DE IMPRESSÃO
Distribuição: 11 604 279 4604
Circulação: 100 mil exemplares

pressreader